

REPRESENTAÇÃO DO OBJETO DIRETO CORREFERENCIAL NO PORTUGUÊS DO BRASIL: UM FATO EM VARIAÇÃO

Edila Vianna da Silva

Universidade Federal Fluminense

Academia Brasileira de Filologia

RESUMO: Neste artigo, apresentaremos uma retrospectiva dos trabalhos sobre o OD anafórico de terceira pessoa, especialmente os de cunho variacionista, três dos quais orientados pela autora do artigo. O primeiro examinou o fato na linguagem oral de pescadores da região norte fluminense; o segundo teve como *corpus* redações de alunos do ensino médio, em escolas de Niterói –RJ, e o terceiro examinou a variável em amostras de língua falada e escrita produzidas por estudantes cariocas, integrantes do acervo do Projeto Integrado Discurso e Gramática. A análise dos resultados indica a tendência ao desaparecimento do clítico objeto direto na fala.

PALAVRAS-CHAVE: representação do objeto direto; variação linguística; desaparecimento do clítico

ABSTRACT: *This paper outlines a retrospective of the works on the anaphoric third person direct object, especially variationist studies, three of which were guided by the author of this article. The first research examined the representation of the OD in the oral language of fishermen in northern Rio de Janeiro; the second was based on essays produced by high school students of Niterói - RJ, and the third examined this variable fact in samples of spoken and written language produced by students from Rio. The analysis demonstrates the disappearance of the clitic direct object in oral form of the Portuguese in Brazil.*

KEYWORDS: *representation of the direct object; linguistic variation; clitic disappearance*

Introdução

Estudos apoiados na Teoria da Variação (Omena, 1979; Tarallo, 1983; Duarte, 1986, 1989, 2001; Corrêa, 1991), bem como os realizados dentro do

quadro teórico da Teoria Gerativa (Cyrino, 1990; Kato, 1991), defendem, já algum tempo, que o português do Brasil está passando por um processo de perda dos clíticos acusativos de terceira pessoa associado ao aumento da ocorrência de objetos nulos.

Considerando-se a importância do tema para a descrição do português do Brasil, cotejamos trabalhos mais recentes que têm como suporte teórico a sociolinguística variacionista e que versaram sobre a modalidade falada e escrita do português do Brasil, no que concerne à representação do objeto direto anafórico, com o objetivo de verificar se os resultados desses estudos confirmam as conclusões dos teóricos citados quanto ao comportamento da anáfora, qual seja, o possível desaparecimento do clítico objeto direto na fala.

Conforme evidenciam Averbug (2003), Cordeiro (2004) e Oliveira (2005), entre outros, a variedade brasileira do português inclina-se, com frequência cada vez maior, a substituir o clítico acusativo de 3.^a pessoa (1) pelo pronome tônico ELE (2), por SNs anafóricos, com a repetição do referente do OD, (3) ou por uma categoria vazia, também chamada de objeto nulo (4), variantes ilustradas, respectivamente, em (1) – (4), de estruturas retiradas da amostra do *Projeto Integrado Discurso e Gramática*.¹

- (1) “*Ele é um designer conhecido e eu o conhecia através de eventos que o seu escritório havia organizado.*” (D&G: narrativa de experiência pessoal escrita, ensino superior)
- (2) “*(...) das professoras eu acho elas boas... porque... todas as professoras que eu... já estudei... eu passei de ano.*” (D&G: relato de opinião oral, 4^a série do EF)
- (3) “*Eu vi uma senhora no açougue (...) quiseram assaltar... a mulher.*” (D&G: narrativa recontada escrita, 8^a série do EF)
- (4) “*Eu estava ensopa::da de areia... aí eu voltei pra água... pra tirar [a areia]*” (D&G: narrativa de experiência pessoal oral, ensino superior)

2. Pesquisas sobre a variável na modalidade oral

Primeiro trabalho de cunho variacionista a estudar a variável em foco, Omena, em sua dissertação de mestrado (1979), buscou estabelecer as estraté-

1 Trata-se de entrevistas de base narrativa e dissertativa concedidas por vinte e quatro informantes cariocas com diferentes níveis de escolaridade: oito da 4^a série do Ensino Fundamental, oito da 8^a série do Ensino Fundamental e oito do último ano do Ensino Superior.

gias de maior ocorrência na fala de quatro integrantes do projeto MOBRAL² adotando o modelo proposto por Labov. Dentre as variantes analisadas, Omena encontrou 76% de objeto nulo e 24% de ocorrência de pronome nominativo em função acusativa. Não houve uma ocorrência sequer de clítico acusativo na fala desses informantes, variante que aparecera apenas na fala de um universitário, em três ocorrências somente, em estudo piloto que antecedeu sua dissertação.

O trabalho de Omena tornou-se importante fonte para os estudos sobre o objeto nulo no Português do Brasil, pois além de indicar o emprego de duas variantes para o fato analisado e a tendência ao desaparecimento do clítico no PB, apresentou, outrossim, alguns dos fatores favorecedores para o uso mais freqüente de uma em detrimento da outra.

Segundo suas pesquisas, os fatores condicionantes para a maior ocorrência da variante objeto nulo foram: a) o traço semântico de animacidade do antecedente: o traço [- animado] do antecedente, com cerca de 95% das ocorrências, favorece o apagamento do objeto; b) a identidade de função entre o antecedente e a variante (OD), com uma aplicação de 86,5% aos dados, contribui também para o índice de apagamento do objeto e c) a ocorrência em estruturas SVO, com 78,6% dos dados, é fator considerável para a variante.

Duarte (1986; 1989) procura buscar os contextos lingüísticos e extralingüísticos que estariam agindo na realização da variável objeto direto anafórico, utilizando um *corpus* formado de a) gravações da fala natural de cinquenta paulistanos nativos e b) da linguagem de televisão. Em sua pesquisa, Duarte observa o comportamento de uma variante não considerada por Omena, o uso de sintagmas nominais anafóricos, representados ou por SNs plenos (1) ou SNs lexicais com alteração dos determinantes modificados (2), respectivamente ilustrados em:

- (1) Ele vai ver a Dondinha e o pai da Dondinha manda a DONDINHA entrar, ele pega um facão...
- (2) Meu filho ficou morando *no apartamento*, mas ele reclamava muito do barulho, e a gente foi na onda dele de vender ESSE APARTAMENTO...

A pesquisa de Duarte fornece os percentuais de uso das variantes abaixo mencionados.

2 MOBRAL, **Movimento Brasileiro de Alfabetização**, foi um projeto do governo brasileiro, criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, e propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando "*conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida*".

Tabela 1 – Distribuição percentual dos dados computados, segundo a variante usada (Adaptada de Duarte,1989:21)

Variante	%
Clítico	4,9
Pron. Lexical	15,4
SN anafórico	17,1
Obj. nulo	62,6
Total	100

Observa-se que o índice mais alto do clítico acusativo de terceira pessoa não chega a 5% e que o objeto nulo constitui a forma preferencial para a representação do objeto direto anafórico.

No que concerne aos condicionamentos linguísticos atuantes na realização da variável, Duarte levanta fatores de natureza morfológica, sintática e semântica e enfatiza que o traço [+ ou – animado] do objeto mostra-se extremamente importante na escolha da variante candidata à representação do objeto direto anafórico. Enquanto o uso do clítico e do pronome lexical é fortemente condicionado pelo traço [+ animado] do objeto, a preferência pelo objeto nulo e pelos SNs anafóricos recai sobre os objetos com antecedente [- animado].

No que diz respeito ao condicionamento social, Duarte averigua o papel de duas variáveis: nível de escolaridade (1º grau completo ou incompleto, 2º e 3º graus) e faixa etária (de 22 a 33anos, de 34 a 46 anos e acima de 46 anos). A autora organiza ainda outro grupo, constituído de jovens entre 15 e 17 anos, cursando a 8ª série do 1º grau.

As tabelas que seguem apresentam o percentual de ocorrência das variantes, conforme a ação das variáveis independentes supracitadas.

Tabela 2 – Uso das variantes, segundo a escolaridade (Adaptada de Duarte, 1989:26)

Variante	Clítico	Pron. lexical	SN anafórico	Obj, nulo
Grupo de fator				
Jovens 1º grau	–	23,5%	10,7%	65,9%
1º grau	3,4%	21%	11,7%	63,9%
2º grau	3,6%	21,6%	14,1%	60,7%
3º grau	6,4%	9,8%	18,8%	65%

Tabela 3 – Uso das variantes, segundo a faixa etária (Adaptada de Duarte, 1989:27)

Variantes	Clítico	Pron. lexical	SN anafórico	Objeto nulo
Faixa etária				
Jovens – 15 a 17 anos	–	23,5%	10,7%	65,8%
22 a 33 anos	5%	20,7%	13,5%	60,8%
34 a 46 anos	3%	16,1%	13,3%	67,6%
Acima da 46 anos	5,7%	15,1%	18 %	61,2%

Duarte chama a atenção para a total ausência de clíticos na fala dos mais jovens, enquanto para os demais grupos seu uso cresce ligeiramente de acordo com o nível de escolaridade e permanece variável em relação à faixa etária. Contrariamente, o emprego do pronome sujeito de terceira pessoa, mais freqüente na fala dos jovens (23,5 %), diminui à medida que escolaridade e faixa etária sobem. Quanto à variante SN anafórico, que possui comportamento semelhante ao do clítico, a autora observa que entre os informantes situados nos níveis mais altos de escolaridade e faixa etária seu uso supera o do pronome sujeito em função acusativa. Segundo a autora, o favorecimento do objeto nulo por todos os grupos evidencia o estágio de implementação da variante no sistema lingüístico. Duarte acrescenta à pesquisa um teste de percepção e produção por meio do qual observou a reação dos seus informantes diante do uso das variantes estudadas em diferentes contextos. A ausência de estigma em relação ao apagamento do objeto, que é sequer percebido pelos informantes, indica que seu uso pode ser mais freqüente do que o do pronome lexical, estigmatizado por esses mesmos falantes, de acordo com o contexto sintático. Em estruturas simples, é menor a aceitação do pronome lexical, como em: “Eu vi ELE ontem no cinema”. Já em estruturas mais complexas, o falante considera mais natural dizer: “Eu acho ELA sensacional”.

O estudo de Pará (1997), centrado na fala de pescadores do estado do Rio de Janeiro apresentou resultados semelhantes ao estudo de Omena. Confirmando o princípio da economia linguística, a análise dos dados comprovou que o cancelamento do elemento lexical na posição de OD é a estratégia mais produtiva, com um percentual de aplicação de 63% no *corpus*: o percentual atingido pela variante superou a soma dos percentuais alcançados por suas concorrentes. Seguiu-se a representação do objeto direto anafórico por SN, com 24% de aplicação, que se explica pela preocupação do falante com a clareza do discurso, que supera princípios gerais comprovadamente relevantes para o

fenômeno da variação, tais como o da economia linguística e o do paralelismo formal. Contrariamente ao que se esperava, o pronome ELE em função acusativa, com 14% de aplicação, apresentou menor produtividade do que a representação por SN anafórico, para o que concorreram a natureza animada do referente e o paralelismo de função. Também nesse trabalho, constata-se que em estruturas mais complexas, com verbo TD e predicativo do OD (Achei ELE mais forte), o falante prefere representar o referente na função de objeto pela pronome ELE. Em relação às duas últimas variantes, somente se pode afirmar que essas formas concorrem em variação estável no dialeto estudado.

3 Pesquisas sobre a variável nas modalidades oral/ escrita

Corrêa (1991) estuda o comportamento da representação do OD anafórico em um *corpus* misto formado de textos orais e escritos. Após a análise da produção oral e escrita de quarenta alunos do Ensino Fundamental, cinco para cada uma das oito séries que o compõem, a que se acrescenta a fala de cinco universitários e de adultos analfabetos, a pesquisa de Corrêa revela a intervenção da escola no processo de aquisição do clítico acusativo de terceira pessoa.

Em primeiro lugar, salienta-se o uso inexpressivo do clítico acusativo na fala (sem ocorrência entre os adultos analfabetos e entre os alunos de 1.^a até à 4.^a séries), fato já comprovado por Duarte (1989), Omena e Pará. De acordo com Corrêa, a emergência desta variante ocorre, na língua escrita, pela primeira vez na 3.^a/4.^a séries, e na oral, a partir da 5.^a série, ratificando a hipótese de que a variante normativa já não faz parte do *input*, que leva à aquisição da L1 no PB, e que sua aquisição se dá primeiro na escrita para depois acontecer na fala.

Quanto à amostra de língua escrita, a autora constata o decréscimo de objetos nulos e pronomes lexicais, ao mesmo tempo em que verifica o aumento do uso dos clíticos, por meio do alto percentual de ocorrência que essa variante alcança com o aumento da escolaridade, passando de 9,3% nas 3.^a/4.^a séries para 85,7% na escrita universitária. A escola atua outrossim no combate à ocorrência da variante pronome ELE em função acusativa, uma vez que há uma diminuição de sua presença na fala com o aumento do nível de escolaridade (passa de 25,6% na fala de adultos analfabetos para 7,1% na fala de universitários) e, na escrita, simplesmente desaparece nos textos escritos por universitários.

A estratégia mais estável é o apagamento do objeto na fala e na escrita, excetuando-se sua ocorrência nos textos dos alunos universitários, quando

atinge um percentual de apenas 9,5 %, pois, como já se comentou, a variante mais frequente nesses textos é o clítico acusativo, com percentual de 85,7 %.

Silva (2008), com a mesma finalidade de examinar a variável objeto direto anafórico, tomou por objeto de estudo um conjunto de textos orais e escritos retirados da amostra do Projeto Integrado Discurso e Gramática. Utilizou entrevistas de base narrativa e dissertativa concedidas por vinte e quatro informantes cariocas com diferentes níveis de escolaridade: oito da 4.^a série do Ensino Fundamental, oito da 8.^a série do Ensino Fundamental e oito do último ano do Ensino Superior.

Formou o *corpus* do trabalho com narrativas de experiência pessoal orais e escritas, narrativas recontadas orais e escritas e relatos de opinião orais e escritos, o que totalizou cento e quarenta e quatro textos.

Verificando a ocorrência residual do clítico acusativo de terceira pessoa, trabalhou apenas com três estratégias de representação do fenômeno em variação: objeto nulo, SN anafórico e pronome lexical.

Na distribuição das variantes de objeto direto anafórico, computaram-se 230 ocorrências, dentre as quais 112 (48%) são de objetos nulos, 63 (27%) de SNs anafóricos, 49 (21%) de pronomes lexicais e somente 6 (2%) de clíticos.

O primeiro ponto a ressaltar nos resultados dessa pesquisa é o baixíssimo emprego da variante padrão (clítico acusativo de terceira pessoa), o qual se contrapõe à alta frequência da categoria vazia. Esta evidência confirma a idéia defendida por Duarte (1989) de que o apagamento do objeto constitui importante estratégia de esquiva, face ao uso do clítico, forma de representação mais artificial, e do pronome nominativo em função acusativa.

Tabela 4 – Influência da variável escolaridade sobre as variantes pronome lexical e SN anafórico

Variante	Pronome lexical		SN anafórico
	Frequência	P. R.	Frequência
Grupo de fator			
4 ^a série do EF	25/43= 58%	.75	18/43= 41%
8 ^a série do EF	16/26= 61%	.52	10/26= 38%
Ensino Superior	8/43= 18%	.23	32/45= 81%

Tabela 5– Influência da variável escolaridade sobre as variantes pronome lexical e objeto nulo

Variante	Pronome lexical		Objeto nulo
	Frequência	P.R	Frequência
Grupo de fator			
4. ^a série do EF	25/61= 40%	.70	36/61= 59%
8. ^a série do EF	16/49= 32%	.49	33/49= 67%
Ensino Superior	8/51= 15%	.26	43/51= 84%

Os resultados corroboram os estudos de Duarte (1989) e Averbug (2003), indicando que falantes com alto grau de escolarização tendem a utilizar pouco a variante estigmatizada (pronome lexical), enquanto falantes menos escolarizados parecem produzir com maior frequência a forma não-padrão.

O emprego de SNs anafóricos exhibe um percentual estável na passagem da 4.^a para a 8.^a série do EF. Já no discurso de estudantes do último período do Ensino Superior apresenta um grande número de registros, figurando-se como uma estratégia neutra.

A variante objeto nulo se afirma igualmente como uma importante candidata à representação da variável em estudo. A preferência pela categoria vazia, em todos os segmentos escolares observados, indica a sua implementação no sistema lingüístico do português do Brasil, evidência já pontuada por Duarte (1989) e Averbug (2003).

Verifica-se, assim, que o processo de escolarização obtém êxito ao conseguir coibir o uso do pronome sujeito em função acusativa. Contudo, fracassa ao tentar imprimir a forma de prestígio. Contrariando as expectativas do atual trabalho, não houve aumento do uso de clíticos, à medida que se elevava o nível de escolaridade do informante – foram registradas apenas seis ocorrências em todo o *corpus*. Isso sugere que o emprego do clítico relaciona-se ao nível de letramento do estudante, isto é, à prática de leitura e de produção de textos escritos que possui.

Averbug (2003) analisa o comportamento variável da representação do objeto direto anafórico em textos escritos por alunos com distintos níveis de escolaridade: Ensino Fundamental (Classe de Alfabetização, 4.^a e 8.^a séries), Ensino Médio (3.^a série) e Superior (turmas de Português Instrumental).

Os dados recolhidos durante a análise da variável espelham toda a evolução da aprendizagem do aluno, a começar de sua entrada na Classe de Alfabetização, passando pelas séries terminais de cada segmento escolar **Tabela 6** – Representação do objeto direto anafórico, segundo a escolaridade (Adaptada de Averbug, 2003)

Variantes	Clítico	Pron. lexical	SN anafórico	Obj. nulo
Grupo de fator				
Cl. Alf.	2%	19%	30%	49%
4ª série	6%	15%	34%	45%
8ª série	23%	13%	31%	33%
3ª série do EM	28%	6%	30%	36%
ENS. SUP.	40%	–	37%	23%

Averbug chega a conclusões semelhantes às de Corrêa, comprovando o aumento significativo do emprego do clítico, variante prestigiada, e a reduzida expressão da variante estigmatizada, o pronome nominativo *ele*. Devido à ação da Escola, a frequência do clítico cresce gradativamente de 2%, na Classe de Alfabetização, para 40% no Ensino Superior, ao mesmo tempo em que o pronome lexical sofre queda de 19% para nenhuma ocorrência. O uso de SN anafórico e objeto nulo embora diminuam, mantêm-se como estratégias importantes na manifestação do objeto direto anafórico. A autora pondera que a implementação do objeto nulo na língua oral atinge também a modalidade escrita.

A pesquisa de Averbug demonstra que a Escola recupera, parcialmente, as formas ausentes na língua oral. Se, por um lado, a escrita dos alunos consegue reproduzir o padrão estabelecido, por outro, põe em prática, igualmente, variantes do registro oral.

Cordeiro (2004), preocupada em entender como se processa a recuperação do clítico acusativo de terceira pessoa pela Escola, realiza um estudo a partir da aplicação de dois testes a alunos do Ensino Fundamental (2.º segmento) e Médio: um teste de produção e um de percepção. O primeiro consiste na reformulação de um texto que apresenta problemas coesivos; o segundo, na reprodução de uma fábula lida pelo professor, repleta de clíticos acusativos.

Por meio do teste de produção, a autora observou o comportamento da variante padrão em relação à variante estigmatizada. Nas três primeiras séries do segundo segmento do Ensino Fundamental (5.ª, 6.ª e 7.ª), o pronome lexical é mais usado que o clítico; nas duas séries do Ensino Médio (1.ª e 2.ª), é o clítico acusativo a variante de maior frequência. Entre a 8.ª série do EF e a 1ª do EM, verifica-se a concorrência entre essas duas formas, resolvida em favor da variante de prestígio a partir da 2.ª série do EM. À medida que ocorre a evolução das séries escolares, o uso do clítico e do pronome lexical vai se acomodando em função da estrutura sentencial. Ocorre quase uma espécie de especialização: o clítico ocorre nas estruturas simples e o pronome lexical nas estruturas complexas. Observe-se que o trabalho de Duarte (1986) já assinalara

que na estrutura complexa há redução do estigma em relação ao uso do pronome lexical em posição de objeto.

A aplicação do teste de percepção tornou possível a compreensão das fases de aparecimento do clítico e dos traços de animacidade a ele associados. Segundo a autora, dentre as séries do EF, é na 8.^a que o clítico exibe o mais alto percentual de ocorrência. Os clíticos produzidos por alunos das etapas escolares iniciais possuem o traço semântico [+ animado]. Já os de traço [- animado] ou [+ sentencial] aparecem em momentos posteriores. Centrando a atenção nos traços de referencialidade, Cordeiro chega à seguinte escala evolutiva da aprendizagem dos clíticos.

5.^a e 6.^a séries – clítico [+ animado]

7.^a série – clítico [+ animado] e [- animado]

8.^a série – clítico [+ animado], [- animado] e sentencial

A avaliação dos dados indica que a “descoberta” do clítico obedece à hierarquia referencial: em primeiro lugar, o aprendiz assimila o traço [+ animado] do referente; em seguida, o traço [- animado]; e, por fim, compreende que o clítico também retoma antecedentes sentenciais.

Cordeiro (Op. Cit.) justifica a maior produção de clíticos na 8.^a série do EF em função da distribuição do conteúdo gramatical. Segundo a autora, esta série escolar constitui comumente o período em que se ensina a análise dos períodos compostos por subordinação. É nesse momento que se concretiza a aprendizagem do clítico, uma vez que o aluno já tem apreendido o conceito de oração.

Silva e Araújo (2008) analisaram um *corpus* formado de vinte e oito redações: dez do sexto ano, oito da oitava série e dez do segundo ano do ensino médio, partindo das hipóteses de que os textos dos menos escolarizados deveriam apresentar maior frequência do pronome acusativo – ELE -, a variante estigmatizada (C), assim como do objeto nulo (A). Optou-se, por isso, por uma proposta de produção textual de gênero narrativo, acessível a todos os níveis de escolaridade.

Além dessas estruturas, consideraram-se também a de representação do objeto direto anafórico pela repetição do sintagma lexical (B) e por um clítico (D), opções justificadas com base nos estudos variacionistas de Duarte (1986, 1989, 2001) e Pará (1997), já comentados.

Simplificadamente, a pesquisa chegou a resultados semelhantes aos obtidos nos estudos mencionados. Observe-se, em seguida, a tabela que os resume.

Tabela 7: Resultado total das ocorrências nos textos dos informantes dos três níveis de escolaridade.

Fatores	Ocorrências (%)
A (Apagamento)	47 (37,3%)
B (Repetição do sintagma nominal)	63 (50%)
C (Pronome oblíquo tônico)	2 (1,59%)
D (Representação por um clítico)	14 (11,11%)
TOTAL	126

Os dados demonstram haver, no texto desses estudantes, maior produtividade da repetição do sintagma lexical (50%), seguida do apagamento (37,3), da representação por um clítico (11,11%) e, por último, da representação por um pronome oblíquo tônico (1,59%). A tabela revela baixo índice percentual deste último, o que demonstra que tal estrutura é estigmatizada principalmente na escrita.

A tabela evidencia que, na língua escrita, a norma é a repetição do sintagma nominal seguida pelo apagamento do objeto direto. Este fato reflete que as representações mais usualmente utilizadas na fala são também as mais empregadas na escrita, embora haja, na fala, maior produtividade do apagamento seguida de repetição do sintagma.

Observe a tabela abaixo que apresenta os resultados da representação do objeto direto anafórico nos três níveis de escolaridade.

Tabela 8: Resultado das ocorrências por níveis de escolaridade.

	Sexto ano- EF	Nono ano –EF	Segunda série -EM
Fator	Nº. de ocorrências (65)	Nº. de ocorrências (18)	Nº. de ocorrências (43)
A (AP.)	23 (35,31%)	11 (61,11%)	13 (30,23 %)
B(rep.)	34 (52,34%)	4 (22,22%)	25 (58,14 %)
C(ele)	-	1 (5,56%)	1 (2,33 %)
D (clít.)	8 (12,31%)	2 (11,11%)	4 (9,3 %)

Os dados apontam para a ocorrência do fator B ser predominante sobre os demais nos textos dos informantes da quinta série (sexto ano) e do segundo ano. Constata-se pelos índices relativos às redações da oitava série (nono ano) a predominância acentuada de ocorrências de A (61%) sobrepondo-se às ocorrências de B (22%).

Em relação ao fator C, não há nenhuma ocorrência da estrutura entre os informantes da quinta série e apenas duas ocorrências entre os informantes da oitava série e do segundo ano, o que reforça a tese de que tal estrutura é estigmatizada na escrita.

Os resultados comunicam, ainda, ao contrário do que se esperava, que não houve uma progressão do uso da estrutura de maior privilégio na língua escrita – representação do objeto pelo clítico. Contrariando a suposição de que principalmente à escola cabe o ensino estrutura, a maior produtividade do clítico deu-se em textos dos estudantes da quinta série, demonstrando o que seu uso relaciona-se diretamente à experiência de leitura e escrita do informante.

Considerações finais

A revisão das pesquisas mencionadas evidencia que o clítico acusativo (*o/a*) está em franco processo de extinção na língua oral. Nas estruturas complexas é substituído pelo pronome *ele* (*Achei ele um chato; Vi ele tocar a campainha*); nas demais estruturas pelo Sintagma Nominal ou simplesmente por uma posição vazia, a que se tem chamado de objeto nulo/ categoria vazia, que domina na língua oral e é bastante significativa na escrita. Considerando-se o alto percentual de nulo, encontrado nos trabalhos cotejados, conclui-se que na fala o clítico cede espaço para o objeto nulo nas estruturas simples. Tendo em vista que o uso do clítico acusativo é residual na fala, ele não ocorre no *input* a que a criança brasileira está exposta, de modo que ela só irá aprender a usar o clítico acusativo durante o processo de escolarização, conforme Corrêa verificou em sua pesquisa. E mais, a aprendizagem se dá primeiramente na escrita e depois é que se incorpora à fala.

Referências

- AVERBUG, Mayra Cristina Guimarães. Variação lingüística e ensino: em foco o objeto direto anafórico. In: *VIII Congresso da ASSEL-RIO. Anais...* Rio de Janeiro: ASSEL-RIO, 1999, p. 827-834.
- _____. Objeto direto anafórico e sujeito pronominal na escrita de estudantes. In: *VII Congresso Nacional de Lingüística e Filologia, Cadernos...* Série VII, nº 11. Rio de Janeiro: 2003. Disponível em <http://www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno11-12.html>. Acesso em 15 de julho de 2008.
- CORDEIRO, Roseli. *A aprendizagem dos clíticos acusativos de 3.ª pessoa*. 2004. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). USP, São Paulo.

- CORRÊA, Vilma Reche. *Objeto direto nulo no português do Brasil*. 1991. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). UNICAMP, São Paulo.
- CYRINO, S.M.L. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (orgs.) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas, S.P.: Editora da UNICAMP, 1996. p. 163 – 184.
- DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. *Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*. 1986. Dissertação (Mestrado em Linguística). PUC-SP, São Paulo.
- _____. Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. In: TARALLO, F. (org.) *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas: Pontes, 1989. p. 19-34.
- _____. Ensino da língua em contexto de mudança. *Cadernos do IV Congresso Nacional de Linguística e Filologia*, v. IV, nº 12. Rio de Janeiro: 2001. p. 51-61, 2001.
- OLIVEIRA, M. O ensino da língua portuguesa: os clíticos acusativos. (Comunicação). In: *IV Seminário de Metodologia de Ensino da Língua Portuguesa*. São Paulo: Faculdade de Educação/USP, 2005.
- Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlc/lport/pdf/maril013.pdf>. Acesso em 15 de julho de 2008.
- OMENA, N.P de. *Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa*. 1970. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). PUC-RJ, Rio de Janeiro.
- PARÁ, Mara Lúcia D. Estratégias de representação do objeto direto co-referencial. 1997. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro.
- SILVA, Fernanda Gomes. *O objeto direto anafórico: variação em textos orais e escritos de estudantes cariocas*. 2008. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). UFRJ, Rio de Janeiro.
- SILVA, Edila V. da. e ARAÚJO, Carolina. *Variação e ensino: a realização do objeto direto anafórico* (Comunicação). XII Congresso Nacional de Linguística e Filologia. Rio de Janeiro, UERJ, 2008.